

Educação remota à luz de Paulo Freire: intensificação da exclusão

Leticia Oliveira de Souzaⁱ 

Universidade Estadual do Piauí – Oeiras/PI, Brasil

Katyanna de Brito Anselmoⁱⁱ 

Universidade Estadual do Piauí – Oeiras/PI, Brasil

Resumo

O presente estudo tem por objetivo analisar as aulas remotas e seus principais impactos sociais na educação pública brasileira, a partir das pedagogias de Paulo Freire. A relevância da temática consiste em compreender o novo formato da pedagogia da exclusão, que surge diante do atual status quo da educação no Brasil. Ademais, objetiva uma breve reflexão crítica sobre a escola. Para tanto, utiliza-se como aporte metodológico, a pesquisa bibliográfica, concluindo que a sociedade e a composição escolar pública do século XXI, precisa urgentemente ultrapassar a “exortação simplista” do acúmulo conteudista para a busca de novos diálogos e mediações entre o educando, a história, cultura e o mundo como um todo, e que cada vez mais discuta-se alternativas, didáticas e pedagógicas para aprendizagens críticas, espontâneas e emancipadas.

Palavras-chave: Educação Remota. Pandemia de Covid-19. Pedagogia da Exclusão. Pedagogias de Paulo Freire.

Remote education in the light of Paulo Freire: intensification of exclusion

Abstract

This study aims to analyze remote classes and their main social impacts on Brazilian public education, based on Paulo Freire's pedagogies. The relevance of the theme is to understand the new format of the pedagogy of exclusion, which arises in view of the current status quo of education in Brazil. Furthermore, it aims at a brief critical reflection on the school. For this purpose, bibliographical research is used as a methodological contribution, concluding that society and the public school composition of the 21st century urgently need to overcome the "simplistic exhortation" of the content accumulation to search for new dialogues and mediations between the student, history, culture and the world as a whole, and that alternatives, didactic and pedagogical for critical, spontaneous and emancipated learning are increasingly discussed.

Keywords: Remote Education. Covid-19 Pandemic. Pedagogy of Exclusion. Paulo Freire's Pedagogies.

1 Introdução

A pandemia do novo coronavírus em 2020, provocou grandes impactos nas relações dinâmicas e pessoais desenvolvidas no campo social, a vida passa a se resignificar em um constante looping de dias e mais dias de incerteza e temor: “como será o amanhã?” É um questionamento recorrente, entre aqueles que

seguem sobrevivendo em meio ao caos. No Brasil, o governo federal aposta em factoides, ataques e negacionismos, com o propósito de desvalidar a complexidade da questão. O isolamento social, passa a ser uma medida de segurança indispensável para evitar a propagação do vírus, afetando diretamente setores estratégicos como economia e a educação, a última extremamente atingida pela paralisação das atividades educativas presenciais, em suas diversas modalidades de ensino. O “novo normal” apresenta-se, e as aulas remotas tornam-se estratégias viáveis para a retomada do ensino, que primeiro é implementado nas escolas particulares, chegando ao ensino básico e superior público de todo país, pouco tempo depois.

Educandos, educandas e educadores são direcionados a readequação compulsória aos novos modus operandi dos processos educacionais brasileiros, o pessimismo e o sentimento de incapacidade diante da nova realidade parecem inevitáveis, todavia a postura crítica e reflexiva, daqueles que lutam pela educação libertadora, torna-se cada vez mais necessária. Logo, de qual realidade estamos diante? No fim de 2020, cerca de 1,5 milhão de jovens e crianças, com idades entre 6 a 17 anos, não tinham introdução ao ensino não presencial no Brasil e 3,7 milhões de educandos não conseguiram ter acesso as atividades pedagógicas disponibilizadas pelas instituições de ensino, segundo dados disponibilizados pela Unicef, o Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância.

Em linhas gerais, apenas 5,1 milhões dos educandos tinham total acesso à educação remota. O ensino do país registrou em 2020, 47,3 milhões de matrículas no nível básico, constatando um aumento na evasão escolar de meio milhão de matrículas. Ao nos debruçarmos sobre os dados acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a situação é ainda mais alarmante, ocorrendo uma queda de 8,3% do total de matrículas no comparativo com 2019. Como a ponta o jornal BBC, o comparativo salienta que há uma clara desassistência, uma vez que, os educandos não foram supervisionados, isto é, não sabe quem de fato estava acompanhando as aulas, a internet como alternativa também foi apontada como um dividendo, pois com o agravamento da crise e falta de assistência do governo federal, as famílias brasileiras perderam poder de consumo, impossibilitando a compra de tablets,

celulares ou notebooks para o acompanhamento das aulas. Ou seja, menos de 15% das instituições avaliadas pelo estudo disponibilizaram dispositivos e apenas 10% forneceram internet. Diante disto, é possível constatar, que houve pouco ou quase nenhum planejamento, sendo impossível mensurar os riscos e com eles, os erros. Tão logo, o ensino remoto é encarado e organizado pelo poder público, como uma forma de manutenção dos processos educativos excludentes e com aplicação das tecnologias digitais sem nenhuma rigorosidade metódica, não se assume o risco com a justificativa de um “novo normal”, resignificando a pedagogia do oprimido, surgindo assim a nova faceta (mas já conhecida) da pedagogia da exclusão.

Neste sentido, o presente estudo propõe um olhar sobre as aulas remotas e seus principais impactos sociais nos processos educacionais brasileiros, a partir das pedagogias de Paulo Freire. Assim, objetiva compreender o novo formato da pedagogia de exclusão, que surge diante do novo status quo da educação no Brasil.

2 Metodologia

O presente estudo organiza-se metodologicamente como uma pesquisa bibliográfica, articulada com base em materiais já construídos, para melhor compreensão do objeto de estudo. Isto é, avaliação qualitativa de delineados paradigmas, bem como a união de alguns artigos, postulados periódicos e livros clássicos, sempre rigoroso ao objeto de estudo de forma ordenada. Ademais, apropria-se das contribuições teóricas de Saviani (2020), acerca da instituição escolar que surge como o grande instrumento de validação da ordem democrática e redentora da humanidade em direção ao exercício da cidadania e o que Candau e Kollf (2015) entendem por “interculturalidade crítica”, isto é, a reinvenção da escola orientada por mecanismos educativos historicamente situados.

3 Resultados e Discussões

3.1 Reorganização do trabalho escolar

O tempo modifica-se a cada rebelião social. Freire postula sobre o desenvolvimento das tecnologias nos anos 90 e como a mudança torna-se instantânea. Ao nos debruçarmos sobre os dias de hoje, com advento da internet e meios de comunicação massivos e pós-massivos, as mudanças sociais, políticas e culturais são ainda mais rápidas, perceptíveis e influenciadas, desta maneira,

4

A mudança é uma constatação natural da cultura e da história. O que ocorre é que há etapas, nas culturas, em que as mudanças se dão de maneira acelerada. É o que se verifica hoje. As revoluções tecnológicas encurtam o tempo entre uma e outra mudança (FREIRE, 2000, p. 16).

As pesquisas sociais, que se desenvolvem sobre as mudanças empenhadas pela pandemia do novo coronavírus, tendem a denunciar as desigualdades, que este período sombrio evidenciou ou agravou com a medida de isolamento social, imposta para o contingenciamento da crise sanitária. Na educação, com a suspensão das aulas presenciais, educandos e educadores das mais variadas modalidades de ensino, tornam-se temerosos as múltiplas possibilidades de reorganização. Em um pouco mais de uma semana do início do isolamento social, as secretarias estaduais de educação, se “estruturaram” a adaptar-se as novas realidades, o compartilhamento de materiais digitais e plataformas on-line foram improvisadas para garantir que os educandos pudessem se desenvolver, mesmo que minimamente, ao ensino remoto. Todavia, fazia-se necessário o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), orientando os próximos passos que as instituições de ensino deveriam tomar.

Nos primeiros anos do ensino fundamental I, o CNE orientou, que para o melhor desenvolvimento das atividades de ensino online, a criança precisa da mediação de um adulto, salientado sempre que essa supervisão não deve substituir o trabalho do educador, mas, sim, auxiliá-lo, isto é, o processo educativo e pedagógico continua sob a ótica dos professores, logo: “recomenda-se que as escolas orientem alunos e famílias a fazer um planejamento de estudos [...]”. (BRASIL, 2020, p. 9). Em linhas gerais, as secretarias de educação adotaram como estratégias de ensino as aulas on-line, síncronas ou assíncronas, transmitidas tanto pela televisão, quanto pelas rádios, podcasts ou Google Meet, a utilização de mídias

sociais (tais como *Facebook*, *Whatsapp* e *Instagram*) aplicativos diversos, facilitadores e materiais didáticos digitais. Tão logo é possível notar que a mudança é indispensável ao atual contexto, mas ela percorre uma base ideológica, inclusiva ou excludente?

3.2 Tempos de Mudanças

5

O amanhã é construído na transformação do hoje. A mudança é fator primordial na experiência cultural, “[...] uma educação crítica, radical, não pode jamais prescindir da percepção lúcida da mudança”. (FREIRE, 2000, p. 17). Para entendermos melhor as mudanças e especificidades do ensino remoto no Brasil, em tempos de Covid-19, faz-se necessário denunciar que há muitos movimentos sociais, que lutam pela valorização da escola pública, tentam assegurar a necessidade de integração em mídias pós-massivas (leia-se internet, computadores e afins), que são extremamente fundamentais para o desenvolvimento deste educando na contemporaneidade, que carrega em suas bases a revolução tecnológica. Haja vista que:

Uma tecnologia educacional como o computador ou a internet, por meio do recurso de redes interativas, favorece novas formas de acesso à informação e à comunicação, e amplia as fontes de pesquisa em sala de aula, criando novas concepções dentro da realidade atual [...] (BRUZZI, 2016, p. 4).

Em 2007, já se encontrava no Congresso Nacional, pedidos para apreciação de projetos voltados a inclusão digital dos educandos e escolas públicas em todo Brasil, assim surge o projeto de Lei nº 349/2007, que nunca entrou em vigor. Tão logo, o uso de celulares e aparelhos fornecedores de conexão com a rede mundial de computadores, muito antes da adoção das aulas remotas, sempre foi uma questão muito delicada, a utilização de tais aparelhos, pelos educandos no contexto de sala de aula, era muitas vezes desaplaudida pelas secretarias de ensino, que graças as raras políticas públicas incentivadoras do acesso e inclusão dos educandos as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), não conseguiam assistir todos, distanciando o ensino público da mudança. Assim, as antes

coadjuvantes TICs, ganham lugar de destaque e indispensáveis ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem na pandemia. Contudo, a utilização destas tecnologias, neste novo modus organizacional da educação no país, acontece de forma a compreender as necessidades e especificidades dos educandos ou age com negligência diante das realidades em que atua?

Não é suficiente uma sala virtual bem-organizada, materiais digitais diversos, se as metodologias e a construção do saber epistemológico, são insuficientes. Aparentemente, o período pandêmico, permitiu que o papel da educação como prática de liberdade, fosse deixada a segunda instância, destituída de intervir no mundo, para puramente se acomodar-se diante das adversidades que se anunciam, e mais uma vez ignorando a necessidade de mudança.

6

Da pedagogia do oprimido a pedagogia da exclusão

Se a mudança é necessária e se faz presente aqueles que lutam pela transformação do amanhã, então qual o seu papel social? A mudança distante da criticidade causa exclusão. No início da obra “Pedagogia do oprimido” (1981), Paulo Freire enfatiza, brevemente, as rebeliões sociais de sua época e a busca por mudança, ressaltando o movimento dos jovens (1968), o movimento feminista, a luta antirracismo e as organizações para a libertação das colônias europeias do continente africano, rebeliões que mostram a preocupação por mudanças sociais e humanas. Freire (1981) organiza seus pensamentos e referências, que muitas vezes podem transparecer desconexões, a um grande projeto mundial de transformação. No mesmo tocante, o oprimido é um ser histórico, um sujeito ativo na luta por liberdade (CASTRO; CORDEIRO, 2021).

A pedagogia do oprimido é a pedagogia para, "(a) os esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem" (FREIRE, 1981, p. 17). Diante de uma educação contemporânea, que se polariza entre o desenvolvimento da escola pública e a organização da escola privada, encontra-se tentativas de reinvenções e descobertas. A pedagogia do oprimido, ou seja, daqueles que lutam por liberdade, ganha novo folego, diante da exclusão ocasionada pelo período pandêmico, moldando-se a pedagogia da exclusão (STRECK, 2009). Todavia, tal qual o

7

oprimido, a pedagogia da exclusão não é um conceito que se edifica no atual contexto, coletânea lançada em 1996, a Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação, de Pablo Gentili, que constrói argumentos contra a privatização do ensino, a inserção do Banco Mundial e afins nas políticas educacionais e o progredimento da chamada “nova direita”, isto é, o neoliberalismo econômico, dando algumas novas perceptivas, a exclusão que este oprimido, constantemente tenta combater.

Assim, a pedagogia da exclusão caminha até as nítidas disparidades das classes sociais no novo contexto escolar e com ele o ensino remoto, a frequência na sala de aula virtual é limitada, tanto pela falta de materiais fornecedores de acesso, quanto pela vulnerabilidade das escolas públicas e educadores ao atual modelo. O que observamos, com cada vez mais frequência, dentro das salas virtuais é a necessidade de escolarização, não de educação, em que os calendários precisam ser soberanos, o currículo não pode se flexibilizar e as práticas avaliativas não podem parar, em prol do cumprimento de prazos estipulados por organismos que parecem não conhecer a realidade de educandos e educadores, atuantes na escola pública de todo Brasil. A pedagogia da exclusão é o *modus operandi* de atuação do governo de extrema-direita, negacionista, que atenta contra as universidades públicas, o ensino básico, carreira docente e o oprimido, governo que habita os gabinetes do ódio instaurados sobre esta nação.

A crise que nossos processos educativos estão diante, não é uma crise administrativa comum, mas sim um projeto. A educação pública em tempos pandêmicos da Covid 19 está a serviço da hegemonia capitalista deste país, que pretende, cada vez mais, introduzir a educação bancária como alternativa, uma vez que, se atesta a incapacidade do estado de fornecer acesso e aparelhos para que todos partam da equidade no processo de ensino e aprendizagem. O que ocorre é o extremo o posto, como já descrito na introdução desta pesquisa, educandos sem acesso à internet, docentes desacreditados e debruçados sobre processos educativos preceptorais.

Paulo Freire lutou por uma educação libertadora, crítica e reflexiva, a escola como um espaço de construção da sociedade, todavia, aparentemente, estamos

cada dia mais distantes deste ideal e mergulhando diretamente no sectarismo pedagógico e na reprodução de padrões, muitos já superados em outrora. É notório que estamos frente a um cenário atípico, em que familiares, educadores e a sociedade, em linhas gerais, estão se redescobrendo diante do caos, contudo não podemos fechar os olhos para o oprimido e o excluído, que tentam sobreviver a esse novo modelo de escolarização. Mas a escola antes da pandemia, já não era a escola que Freire almejou. Para mudar a conjuntura segregacionista construída pelo ensino remoto, torna-se importante pensar a escola que queremos.

3.3 Por fim, a esperança na escola que queremos

A escola como a instituição mais ideológica de uma sociedade, precisa carregar em suas bases, o que Candau e Kollf (2015) entendem por “interculturalidade crítica”, isto é, a reinvenção da escola orientada por mecanismos educativos historicamente situados, visando o fortalecimento da relação teoria e prática e diversidade sociocultural do currículo, bem como interseccionalizar o ensino com as realidades sociais, estimular a autonomia, solidariedade, coletivismo, amor e humanidade, construindo educandos e educandas mais ativos e perceptivos, que entendam as noções sociais, culturais e políticas da história, mundo e educação. Em outras palavras, uma educação que vai em combate da hegemonia do capital burguês, valorizando os grupos socioculturais historicamente negligenciados.

Logo, a escola pública como conhecemos hoje, necessita ser mais plural e democrática, todavia, segundo Saviani (2020), a instituição escolar que surge como o grande instrumento de validação da ordem democrática e redentora da humanidade em direção ao exercício da cidadania, dentro da lógica (neo)liberal permite apenas o desenvolvimento de uma democracia formal, linha jamais ultrapassada pela sociedade burguesa, detentora dos meios de produção e da ordem econômica vigente, que age em detrimento da democracia real, que viabilizaria a emancipação de indivíduos em direção a interculturalidade crítica. Para Saviani somente superando o sistema capitalista e seus semelhantes, a sociedade

sairá do que o teórico compreende por “pré-história” em direção ao reino da liberdade, onde homens e mulheres pensam e agem coletivamente, em todas as esferas sociais, de forma intencional, edificando sua própria história e tendo consciência dela, o extremo oposto do que ocorre na escola e democracia do século XXI.

Ademais, a comunicação e inserção de tecnologias na educação, edificam-se como necessárias para este intercâmbio cultural. Por tecnologia, leia-se materiais que favoreçam conexões culturais, não que alimentem desigualdades sociais como o que vem ocorrendo com os resultados da pandemia do novo coronavírus, qual proporcionou grandes impactos nas relações dinâmicas e pessoais desenvolvidas no campo social. A sociedade e a composição escolar pública do século XXI, precisa urgentemente ultrapassar a “exortação simplista” do acúmulo conteudista para a busca de novos diálogos e mediações entre o educando, a história, cultura e o mundo como um todo, e que cada vez mais discuta-se alternativas, didáticas e pedagógicas para aprendizagens críticas espontâneas e emancipadas (FREIRE, 1996).

4 Considerações finais

Este estudo se propôs a ser uma reflexão crítica, sobre a escola, não uma tentativa de demonizar a instituição. Desta maneira, Paulo Freire e suas pedagogias foram apresentadas como propostas humanizadoras de resistência e combate aos processos educativos excludentes, o dualismo, negacionismo e pseudociência, apresentados como alternativa durante o período pandêmico, em referência ao artigo a professora Pâmela Passos para o jornal Le Monde Diplomatique (2020), que sugere a pedagogia libertadora como o mecanismo para barrar as políticas de desigualdade, desenvolvidas no período pandêmico.

Referências

ALVES, Lynn. **Educação remota: entre a ilusão e a realidade**. Interfaces Científicas. Aracaju, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020. Disponível em: Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-11, 2021
<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>
ISSN: 2675-9144



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

<https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/9251/4047>. Acesso em 01 jul. 2020.

BBC NEWS. **Sem wi-fi': pandemia cria novo símbolo de desigualdade na educação.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54380828>. Acesso em: 13 jun. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Medida Provisória no 934**, de 1 de abril de 2020. Brasília, DF, 2020.

10

BRUZZI. Guilarducci. **Uso da tecnologia na educação, da história à realidade atual.** Polyphonia, v. 27/1, jan./ jun. 2016

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau:** registros de uma experiência em Processo. 2a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

GAZETA DO POVO. **O que é o “gabinete do ódio”,** que virou alvo da CPMI das Fake News. Disponível em <https://www.google.com.br/amp/s/www.gazetadopovo.com.br/republica/gabinete-do-odio-alvo-cpmi-fake-news/amp>. Acesso em: 21 jun. 2021.

GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ONU. **Transformando Nosso Mundo:** A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods4/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

PERES, Maria Regina. **Novos desafios da gestão escolar e de sala de aula em tempos de pandemia.** Revista Administração Educacional, Recife, v.11, n. 1, 2020.

CASTRO, M. C.; CORDEIRO, A. M. . Paulo Freire e suas contribuições para a educação. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 3, p. 1–5, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6425>. Acesso em: 5 ago. 2021.

Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-11, 2021
<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>
ISSN: 2675-9144



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

SAVANI, D, BOTO, C.; SANTOS, V. M.; SILVA, V. B.; OLIVEIRA, Z. V. **A escola pública em crise: inflexões, apagamentos e desafios.** São Paulo: Livraria da Física, 2020.

STRECK, Romeu. **Da pedagogia do oprimido às pedagogias da exclusão: um breve balanço crítico.** Revisão & Síntese. Educ. Soc. 30 (107). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200012>. Acesso em: 15 jun. 2021.

ⁱ **Leticia Oliveira de Souza**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0139-8383>

Diretório Central dos Estudantes/UESPI

Acadêmica do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí.

Compõe o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBIC).

Contribuição de autoria: construção e fundamentação teórica do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9232158405483222>

E-mail: leticiaoliveiraasouza@yahoo.com.br

ⁱⁱ **Katyanna de Brito Anselmo**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9951-4591>

Núcleo Docente Estruturante/Curso de Pedagogia/UESPI

Docente Mestra em Educação da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) *campus* Professor

Possidônio Queiroz, Oeiras – PI.

Contribuição de autoria: Orientação, redação e análise teórica.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7898657091722906>

E-mail: katyannabrito@ors.uespi.br

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

SOUZA, Leticia Oliveira de; ANSELMO, Katiana de Brito. Educação remota à luz de Paulo Freire: intensificação da exclusão. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-11, 2021.